



----- ACTA Nº 07/2014 -----

----- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,
REALIZADA NO DIA CINCO DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E
CATORZE: -----

----- Aos cinco dias do mês de Novembro do ano de dois mil e catorze,
pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, em
sessão extraordinária, a Assembleia Municipal, para discutir os assuntos
constantes da convocatória número seis/dois mil e catorze.-----

----- A Mesa foi constituída por: -----

Presidente – José Manuel Gonçalves Bastos.-----

Primeiro Secretário – Manuel Lino Leão Moreira Machado.-----

Segundo Secretário – Maria Luísa Alves Carneiro Tojal.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão. Feita a
chamada verificou-se a **presença** de trinta e um deputados sendo eles: José
Manuel Gonçalves Bastos, Adelino Ricardo Martins Pereira, José Carneiro
de Oliveira Neto, Carla Susana Martins de Moura, Rui Cândido da Cunha
Andrade que substituiu Maria da Conceição Marques Nunes, Manuel Lino
Leão Moreira Machado, João Viriato Nogueira de Moura Vasconcelos,
Manuel Carlos Neto Salgado, Susana de Jesus de Matos Gomes, Paula
Cristina Pereira Gonçalves e Álvaro, Ângelo de Jesus Ribeiro Barbosa,
Miguel Pereira que substituiu José Luís Ribeiro Gomes da Costa, Abílio
Ferreira da Costa Fernandes, Sandra Maria Ferreira de Brito, Maria Luísa
Alves Carneiro Tojal, David Taipa Coelho, Luís Miguel dos Santos Martins,
António José Fernandez Fernandez, Armandina Eduarda Ferreira Santos



Loureiro, José Maria Gomes Matos, Ernesto Ferreira Lopes, Luís Costa Silva que substituiu António Filipe Bessa Marques, Luís Nunes da Silva, José Carlos da Costa Souto, Armanda Isabel Pinto Taipa Pereira Fernandez, Serafim Dias Leal, Artur Alexandre Soares da Costa, António Duarte Dias de Carvalho, Carlos Alberto Silva Coelho, Joaquim Machado dos Santos e Rui Filipe Coelho Barbosa, e a **ausência** de Miguel João Coelho da Costa e Sérgio Amândio Pereira Valente Ferreira. -----

----- Na bancada da Câmara Municipal marcaram presença o seu Presidente Humberto Brito, e os Vereadores António Marques Pereira que substituiu Pedro Pinto, Paulo Sérgio Barbosa, António Coelho, Joaquim Sousa e Alice Costa. -----



----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO RESERVADO AO PÚBLICO -----

----- Usou da palavra o Senhor **Presidente da Mesa** para abrir as inscrições, usou a palavra o Senhor **Joaquim Pinto**, da freguesia de Meixomil, para dar nota que tem curiosidade e interesse sobre a história de Paços de Ferreira nomeadamente a Cruz Pátea. Sugere a criação de uma comissão que pudesse ajudar a encontrar uma solução para pagamento da dívida do Município de Paços de Ferreira. -----

----- De seguida tomou a palavra o Senhor **Duarte Dias**, da freguesia de Modelos – Paços de Ferreira, para agradecer àqueles que aprovaram o criação da Comissão Património Cultural Imaterial e para agradecer ao mentor da ideia da criação da referida comissão, nomeadamente ao deputado Ricardo Pereira.-----



-----PONTO ÚNICO-----

----- TEMÁTICA SOBRE “AS NOSSAS ORIGENS E OS 178 ANOS DESTE CONCELHO DE PAÇOS DE FERREIRA: UM CAMINHO A CONHECER”.-----

----- Deu início a esta Assembleia Municipal Temática O Senhor Presidente da Mesa, **José Bastos** para falar sobre o tema “**A verdade histórica: a inclusão social e desenvolvimento integral do concelho de Paços de Ferreira**”.-----

----- Iniciou a sua intervenção questionando sobre o porquê desta Assembleia Municipal Temática. De seguida começou por afirmar que em 15 de Setembro de 2014 decorreu em Codessos por iniciativa da Associação para o Desenvolvimento de Sanfins de Ferreira, um evento histórico e cultural no âmbito dos 500 anos da carta de Foral da Terra de Ferreira. Afirma, que a propósito de algumas intervenções de historiadores convidados ficaram algumas perguntas por responder relativamente à verdade histórica e consequências para a nossa sociedade. Nesse sentido a Assembleia Municipal aprovou por iniciativa do deputado Ricardo Pereira a constituição de uma comissão do Património Cultural Imaterial com fins consultivos e constituída por dois membros do PSD, Abílio Fernandes e José Neto, dois membros do PS, António Fernandez e Ricardo Pereira e convidados da CDU, Armindo Amorim, e do CDS PP, Ana Matos, secretária desta comissão presidida pelo presidente da Assembleia. Nessa comissão elaborou-se um programa que após convocatória resulta nesta assembleia municipal temática com o título “**AS NOSSAS ORIGENS E OS 178 ANOS**”



DO CONCELHO DE PAÇOS DE FERREIRA – UM CAMINHO A PERCORRER”. De seguida informou que se seguiriam quatro intervenções de historiadores e académicos, uma intervenção da bancada do Partido Socialista e uma do Partido Social Democrata e seria encerrada com a intervenção do Sr. Presidente da Câmara. Finalizou apresentando os agradecimentos aos membros da comissão pelo trabalho desenvolvido e aos ilustres convidados pela amável participação na discussão desta temática. Após esta introdução desenvolveu o assunto que lhe foi distribuído, começando por afirmar que a Verdade Histórica / Inclusão Social e Desenvolvimento Integral do concelho de Paços de Ferreira é de grande complexidade. -----

-----Dado o peso dos factos de séculos da história da nossa terra, tendo em conta que não é antropólogo, sociólogo ou historiador apenas aflorou o assunto e desafiou os palestrantes a integrarem nas suas apresentações este tema. No epicentro da complexidade desta temática obviamente que está o ser Humano, afirma. Na sua complexidade evolutiva integra memórias orgânicas, biológicas, genéticas, psicológicas, comportamentais, cívicas e sociais. Esta integração múltipla constitui a biografia e a história de cada um e quando acontece um erro ou mais nesse processo evolutivo poderá pôr em risco o presente desse ser humano e também a transmissão desse património complexo para as gerações futuras. Assim, a biografia humana individual é a sua genética com a sua história pessoal e envolvimento social. Sendo a sociedade o resultado do universo dos seus membros, do passado que integram, haverá certamente similitude entre integração individual das memórias e respectiva história e os factos históricos e a sociedade. A



inclusão social e o desenvolvimento de uma sociedade terão também relação com a verdadeira ou incorrecta leitura de factos históricos. De seguida pergunta: “Os factos ocorridos nos últimos séculos, a memória escrita / história e a memória colectiva, de que maneira influenciaram as múltiplas gerações do nosso concelho?” Desses factos, afirma, resultaram alterações comportamentais e culturais, desencadearam crises, recuos e avanços sociais e políticos. Enquanto os descobridores portugueses davam há 500 anos passos importantes na globalização, também o rei D Manuel concedia a carta de foral à Terra de Ferreira, território hoje integrante do Concelho de Paços de Ferreira. Quando se interpretam os registos históricos não se reescreve a história mas podemos almejar a verdade histórica. Estou certo que vamos assistir a importantes esclarecimentos nesta temática e decorrerão daí no futuro as consequências correlacionadas. Atualmente falamos muito em globalização e ela acontece todos os dias por via também da internacionalização dos bens transaccionáveis, dos serviços, da cultura, do turismo e também da história dos povos. Também neste âmbito a qualidade e verdade dos factos são um bem a preservar, concluiu.-

----- De seguida tomou a palavra o Coordenador da Comissão do Património Cultural Imaterial, **Ricardo Pereira**, Mestre em Teologia Sistemática e Coordenador de Departamento de Ciências Sociais e Humanas do Agrupamento de Escolas de Freamunde, que apresentou a sua comunicação sobre o tema “**As nossas origens: Da Ferraria ao Termo de Ferreira e ao Foral da Terra de Ferreira. A Ordem do Templo e o rio Ferreira. O valor dos originais e os equívocos da nossa história**”. Assim, logo no início, deu nota que, na sequência da Leitura Solene do Foral da



Terra de Ferreira, decorrida no passado dia 15 de setembro de 2014, pelos seus 500 anos, tornou-se necessário esclarecer algumas questões, entre elas:

a) O Livro de Mumadona refere-se à igreja de S. Pedro de Ferreira ou refere-se à igreja de S. Pedro da Raimonda? b) O Termo de Ferreira incluía a totalidade das nossas freguesias ou só incluía as freguesias do norte do concelho? c) Podemos continuar a dizer que “A Cruz do Templo é da cor própria vermelha (Alusão aos Templários que viveram nesta região)” ou, no respeito pela verdade histórica, vamos precisar de arranjar uma outra justificação para o Brasão do nosso Município? d) O Foral da Terra de Ferreira, dado pelo rei D. Manuel (15.09.1514), refere-se à freguesia de Ferreira ou refere-se a uma outra terra do nosso concelho e que nada tem a ver com a freguesia de Ferreira, nem com a freguesia de Paços de Ferreira.

Na persecução da verdade histórica das nossas origens, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a Comissão de Património Cultural-Imaterial, com o objetivo de desencadear os debates/trabalhos necessários à clarificação das questões históricas do concelho. Já em trabalhos da Comissão, foi sentida a necessidade de também se pesquisar sobre o Rio Ferreira. -----

----- Começou por esclarecer que a comunicação que iria apresentar resulta de longos anos de investigação que, partindo dos textos difundidos sobre as nossas terras e do seu confronto com o afirmando nos nossos Estudos Monográficos (1986), pesquisou e se debruçou sobre os documentos originais. Para melhor transmitir a sua mensagem sobre “As nossas origens: Da Ferraria ao Termo de Ferreira e ao Foral da Terra de Ferreira. A Ordem do Templo e o rio Ferreira. O valor dos originais e os equívocos da nossa



história”, recorreu a imagens e mapas, projetados em PPT. -----

----- Quanto à questão a): “O Livro de Mumadona refere-se à igreja de S. Pedro de Ferreira ou refere-se à igreja de S. Pedro da Raimonda?”, o investigador fez ver o teor do primeiros documentos sobre as nossas terras, dizendo que no texto da doação de D. Mumadona Dias ao Mosteiro de Guimarães, a meados do Séc. X (datado de 959), quando se fala de “Ferraria” refere-se aos terrenos que se estendem pela encosta meridional da Colina (Citânia), incluindo Vilela, Louredo, etc.; que o documento, datado de 976, refere a doação de D. Trastina ao mosteiro de Cacães, em terras em Cacães (atual S. João de Eiriz) e em Vila Cova (S. Fins de Ferreira). Alertando ainda para as longas referências às posses e heranças em Vila Cova (S. Fins de Ferreira), referiu que o texto de Mumadona menciona a igreja de orago S. Pedro (in Ferraria) ao referir as suas posses de “Villa Godesendi” e que Godesendi fica entre a atual igreja de S. Pedro da Raimonda e a igreja de S. João de Codessos e a Igreja de S. Tiago de Lustosa. No Livro de Mumadona (Séc. X), na doação de Dona Mumadona Dias ao Mosteiro de Guimarães, menciona-se a terra de Ferreira onde existia a Igreja de São Pedro, mas deste texto apenas é dado concluir que a Igreja de S. Pedro, a que se refere o Livro de Mumadona, é a Igreja de Godesendi (S. Pedro da Raimonda).-----

----- Quanto à questão b): “O Termo de Ferreira incluía a totalidade das nossas freguesias ou só incluía as freguesias do norte do concelho?”, alertou para o facto do Termo de Ferreira (Diocese de Braga) ser referenciado nas inquirições de 1220 e de ser constituído apenas pelas terras que ficam na encosta sul da Colina (Citânia), até ao vale mais longo do rio que se forma na Chã de Ferreira, ou seja: de Santo João de Portela (Codessos), de Santo



Tiago de Carvalhosa (Carvalhosa), de Santo Tiago de Lestosa (Lustosa), de Santo Felice (Sanfins), de Santo João de Eiriz (Eiriz), de Santa Cruz (Cacães, entre Eiriz e Trindade-Meixomil). Referiu que as inquirições de 1220 não fazem referência a Santa Maria de Lamoso e tal situação pode ser percebida pelo facto de, nas Inquirições de 1258, a igreja de Santa Maria de Lamoso aparecer anexa à de S. Fins de Ferreira; assim como as mesmas inquirições régias (1220) também não falam da paróquia de S. Pedro Raimonda, talvez também ter estado unida à paróquia de S. Tiago de Lustosa. O Termo de Ferreira tinha ao centro a (Honra) Quintã de Ferreira (na orla de Vila Cova) e a sua igreja era S. Felice (S. Fins), da Arquidiocese de Braga. O Termo de Ferreira estendia-se até ao que hoje é a Capela da Santíssima Trindade (Meixomil) e até aos limites da igreja de S. Tiago de Lustosa. Ou seja, o Termo de Ferreira ficava na encosta da Citânia entre a via medieval Penafiel-Azurara (atual EN 319), ao longo do vale mais longo do rio que se forma na Chã de Ferreira, até à via Porto-Guimarães (atual EN 209) e até à estrada Penafiel-Guimarães (atual EN 106). Com a Igreja de Santa Eulália de Paços e o Mosteiro de S. Pedro de Ferreira a pertencerem ao “Termo de Aguiar” apenas é dado concluir que o “Termo de Ferreira” só incluía as freguesias do norte do concelho. -----

----- Quanto à questão c): “Podemos continuar a dizer que A Cruz do Templo é da cor própria vermelha (alusão aos Templários que viveram nesta região)” ou, no respeito pela verdade histórica, vamos precisar de arranjar uma outra justificação para o Brasão do nosso Município”? Ricardo Pereira disse que sobre a vivência de Templários, os nossos Estudos Monográficos (1986), eram já muito claros: “Em suma, está completamente fora de causa



a ligação de S. Pedro de Ferreira à Ordem dos Templários”. Fazendo um enquadramento histórico dos tempos da fundação da nacionalidade, referiu que, separadas pelo poder da Arquidiocese de Braga e pela força da Diocese do Porto (D. Hugo) que se formava, estas terras foram palco de constantes contendias religiosas/políticas, de 1110 até 1882, reafirma que não há provas nem indícios da presença dessa Ordem Militar nas nossas terras. As Inquirições régias (1220, 1258) dizem que a Ordem de Malta ou Cavaleiros Hospitalários tinham bens nestas terras e nada dizem sobre a Ordem do Templo. Os documentos referentes ao Mosteiro e Couto de Ferreira nada dizem sobre a Ordem do Templo. Os documentos referentes à Ordem do Templo nada dizem sobre as nossas terras. Os documentos referentes à “Igreja e Comenda da Ordem de Cristo de S. Fins de Ferreira” nada dizem sobre os Templários. Pelo que é dado ver nos documentos, as alusões aos Templários, nesta região, surgem séculos depois da extinção da Ordem do Templo. A afirmação da presença dos Templários por estas terras é fruto de uma série de equívocos. As Inquirições Régias de 1258, sobre algumas das nossas Igrejas, dizem que estas eram pertença de Militares (cavaleiros) e isso terá levado a estas confusões. Outras causas podem estar também ligadas à confusão do mosteiro de S. Fins de Ferreira (Diocese de Braga) ou do mosteiro de S. Pedro de Ferreira (Diocese do Porto), com o mosteiro de Ferreira de Aves (concelho de Sátão, Viseu), que terá sido propriedade dos Templários e ligado à própria rainha D. Teresa. O cruzeiro que se encontra no Museu Municipal, com a Cruz do Templo, marca o assento da “Igreja e Comenda da Ordem de Cristo de S. Pedro Fins de Ferreira”. Dado que as referências aos Templários, como constam na justificação do Brasão



Municipal, não se encontram minimamente fundamentadas e são também elas um equívoco, apenas é dado concluir que, no respeito pela verdade histórica, se os órgãos autárquicos quiserem manter a Cruz do Templo nos símbolos do nosso município deverão acolher, aprovar e publicar uma outra justificação para o Brasão do nosso Município. -----

----- Quanto à questão d): “O Foral da Terra de Ferreira, dado pelo rei D. Manuel (15.09.1514), refere-se à freguesia de Ferreira ou refere-se a uma outra terra do nosso concelho e que nada tem a ver com a freguesia de Ferreira, nem com a freguesia de Paços de Ferreira?”, recorreu aos topónimos apresentados no próprio “Foral da Terra de Ferreira” e identificou-os como sendo uma parte dos reguengos situados no antigo Termo de Ferreira, onde as referencias mais a sul ainda assim pertenciam à Diocese de Barga: Figueiró e Parada. A “Terra de Ferreira”, como se lê no documento manuelino, não integra o Mosteiro e couto de S. Pedro de Ferreira, nem a igreja de Santa Eulália de Paços, que, à época, ainda não era designada “de Ferreira”. Fazendo uma alusão ao nome “Ferreira” (família), disse que Ferreira foram senhores da Terra, da Honra e das Igrejas (S. Fins de Ferreira e de S. Tiago de Lustosa), tendo o seu brasão cravado – ainda hoje- na Casa do Paço (em Ferreira, na atual paróquia de S. João de Eiriz) e na Casa da Igreja e Comenda da Ordem de Cristo (na atual paróquia de S. Pedro Sanfins de Ferreira). Da leitura do Foral da Terra de Ferreira, dado pelo rei D. Manuel (15.09.1514) apenas é dado concluir que se refere uma parte dos reguengos situados no antigo Termo de Ferreira, sendo Figueiró e Parada os topónimos mais a sul, pelo que “O Foral da Terra de Ferreira” nada tem a ver com a freguesia de S. Pedro de Ferreira, nem com a freguesia de



Paços de Ferreira.-----

----- Quanto ao Rio Ferreira e suas nascentes, foi apresentada a investigação realizada para o efeito, tendo-se concluído que o Rio que se forma ao longo da Chã de Ferreira tem o seu vale mais longo com nascentes nos limites do Termo de Ferreira (Codessos – Lustosa- Raimonda) e a nascente mais elevada nos Banhos da Citânia (Sanfins de Ferreira), A nascente do Mosteiro, nas últimas décadas, foi tomando o nome geral do rio mas as mais antigas referências (Memórias Paroquiais (1758) e os estudos académicos, bem como as Águas de Douro e Paiva, referem-se às nascentes nas encostas do Norte do Concelho. Já neste milénio, Freamunde é referenciada (Pesca) como sendo a nascente do rio Ferreira. Pelas suas características, a Chã de Ferreira é uma nascente que brota em centenas de pontos espalhados pelas terras do concelho de Paços de Ferreira e que, no seu todo, forma um rio: o Rio Ferreira. Temos a Nascente do Mosteiro, em Ferreira; temos a Nascente da Joia, em Freamunde; temos a Nascente da Citânia (Sanfins de Ferreira); etc. -----

----- Ricardo Pereira terminou a sua intervenção dizendo que estas são as conclusões dos estudos realizados sobre as questões levantadas na Assembleia Municipal e pela Comissão de Património Cultural Imaterial, sendo certo que caberá sempre aos órgãos autárquicos decidirem se querem ou se não querem, corrigindo os equívocos, afirmar e publicar a verdade histórica das nossas terras. -----

----- De seguida tomou a palavra **Jorge Filipe Pereira de Araújo**, Mestre em História Medieval e Doutorando em História (FLUP) para falar sobre o tema: “**Município e Municipalismo no início do século XIX: o caso de**



Paços de Ferreira” -----

Começou por afirmar que o dia 6 de novembro de 1836 é hoje consagrado como o dia do nascimento de muitos concelhos, incluindo o de Paços de Ferreira. É necessário, no entanto, integrar esta criação no ambiente político da época porque, desde os acontecimentos revolucionários de 1820, a situação do País era profundamente instável e a administração profusamente “reinventada” por experiências políticas diretamente influenciadas pelo modelo francês revolucionário, pelo modelo administrativo napoleónico, e pela experiência constitucional espanhola. No início do século XIX, Portugal apresentava uma divisão administrativa com centenas de anos de tradição, confusa e, por vezes, contraditória. Os liberais procuraram, por isso, redimensionar as circunscrições administrativas de uma forma mais racional e prática, alternando entre uma visão mais centralizadora e uma tendência descentralizadora, tendo como objetivos eliminar injustiças e colmatar as falhas da administração do Antigo Regime. No entanto, as sucessivas reformas estruturais provocaram ondas de protestos por todo o País, e transformaram-se no motor da discórdia entre as facções liberais, moderadas e radicais. A maior parte dos concelhos discordou dos arredondamentos efetuados, sendo a desanexação de freguesias considerada um fator negativo, ou então, a anexação de outras era frequentemente rejeitada por antigas quezílias e rivalidades entre as populações. A comodidade dos povos foi um dos argumentos mais utilizados pelas câmaras extintas, sobretudo no que dizia respeito aos percursos efetuados pelos munícipes para a sede concelhia. Os protestos prolongaram-se por 1837 e 1838, o que obrigou a vários decretos que introduziram correções na divisão do território, perpetuando um



clima de instabilidade que só iria verdadeiramente estabilizar a partir do decreto de 24 de outubro de 1855. -----

----- Logo após a revolução liberal de 1820, a divisão eleitoral de Penafiel incluía como concelhos, os de Aguiar de Sousa, Frazão e Paços de Ferreira, identificando-se também o concelho de Ferreira, incluído no primeiro. Mais tarde, no mapa da divisão territorial de 1833, surgem apenas os concelhos de Paços de Ferreira e Aguiar de Sousa, situados na Comarca de Penafiel, e o concelho de Frazão, localizado na Comarca do Porto. No ano seguinte, a Comarca de Penafiel apresentava ainda o concelho de Aguiar de Sousa, de que faziam parte a maior parte das freguesias do atual concelho, a par dos concelhos da Honra de Sobrosa, a que pertencia Freamunde, e do Couto de Paços de Ferreira, com apenas uma freguesia, a de santa Eulália. A Comarca do Porto enquadrava, por sua vez, o concelho da Honra de Frazão, ao qual pertencia também Arreigada, e o concelho de Refojos, onde se incluía a freguesia de Penamaior. -----

----- Em 1835, as freguesias que faziam parte do extinto concelho de Aguiar de Sousa encontravam-se divididas por várias circunscrições, nomeadamente pelo julgado de Santo Ovídio, de que fazia parte a própria freguesia de Aguiar de Sousa, pelo julgado de Penafiel, que abrangia 20 freguesias do extinto concelho, e o julgado de Santa Eulália de Barrosas, que integrava os concelhos de Frazão, Lousada e Unhão, bem como a maior parte das freguesias do atual concelho de Paços de Ferreira. -----

Finalmente, em novembro de 1836, a reorganização territorial concede um novo formato ao concelho de Paços de Ferreira, incluindo particamente todas as freguesias que dele fazem parte atualmente, com exceção de Penamaior,



juntando-se-lhes as freguesias de Figueiras e Covas, atualmente no concelho de Lousada. A última etapa do concelho de Paços de Ferreira situa-se, no entanto, na década de 1850, quando recebe a sua configuração atual. De facto, em 1852, o concelho passou a integrar a freguesia de Lustosa, por extinção do concelho de Barrosas, desanexada logo no ano seguinte para integrar o concelho de Lousada. Finalmente, no ano de 1855, seria integrada no concelho a freguesia de Penamaior, que pertencia a S Tomé de Negrelos.

----- De seguida tomou a palavra o Professor Doutor **LUIS MOREIRA**, doutorando em Geografia Humana pela Universidade do Minho, onde exerce a função de docente, para falar sobre o tema **“Geografia e Poder: a divisão administrativa Liberal e a génese do Concelho de Paços de Ferreira”** --

Começou a sua intervenção referindo que a vitória do partido Liberal na Guerra Civil de 1832-1834 pôs fim à sociedade do Antigo Regime, substituindo-a por outra baseada na soberania popular e na divisão tripartida do Poder. Contudo, a concretização dos ideais políticos liberais implicou a definição de uma nova geografia sociopolítica, que se materializou numa divisão político-administrativa-judicial que rompeu com organização anterior. De facto, a complexa geografia política interna do país caracterizava-se por apresentar múltiplos particularismos que resultavam da herança dos sistemas administrativos anteriores (e que beneficiavam as classes sociais privilegiadas) e que quase levavam a uma sobreposição da administração local sobre a administração central, em nada contribuindo para o desenvolvimento do país, dificultando, também, a consolidação do aparelho do Estado. -----

----- A divisão administrativa da Província de Entre Douro e Minho, onde



se inseria o território que, atualmente, corresponde ao Concelho de Paços de Ferreira, caracterizava-se pela existência de um elevado grau de fragmentação do espaço, bem como da multiplicação de enclaves territoriais (ou encravamentos, como se dizia), dando origem a uma "polissemia política do espaço", ou seja, a um mesmo espaço correspondiam diferentes territórios, referentes a uma ou várias jurisdições, o que tornava a ação da Administração Central bastante difícil. -----

----- Para acabar com esta "irracionalidade espacial", foi promulgado o Decreto de 6 de Novembro de 1836, confirmado pelo primeiro Código Administrativo português, que estabeleceu a divisão político-administrativa do país em Distritos, Concelhos e Freguesias, sob a coordenação de Passos Manuel. -----

----- Esta Reforma Administrativa é recordada por ter decretado a extinção de quase 500 concelhos, esquecendo-se que a mesma Lei criou 21 novos concelhos, entre os quais o de Paços de Ferreira, que herdou quase todas as freguesias que anteriormente pertenciam ao concelho de Sobrosa, assim como as do ex-Concelho de Frazão e as freguesias de Figueiras e Covas aqui integradas após a extinção do Concelho de Lousada, num total de 17. A freguesia de Penamaior ficou integrada no novel concelho de S. Tomé de Negrelos. -----

----- Assim, os limites criados em 1836 estavam longe de se aproximarem dos atuais, sendo necessário esperar quase vinte anos para a definitiva fixação da configuração política do Concelho, tal como a reconhecemos hoje. Deste modo, ao longo das décadas que se seguiram, outras alterações foram feitas ao mapa concelhio: em 1838, foram desanexadas as freguesias



de Covas e Figueiras; entre 1852 e 1853, foi anexada a freguesia de Lustosa, por extinção do Concelho de Barrosas; finalmente, em 1855, Penamaior integrou o município de Paços de Ferreira, corporizando a unidade política e natural que associa os limites do Concelho à delimitação da bacia superior do rio Ferreira. -----

----- De seguida tomou a palavra o Professor Doutor **Armando Coelho**, Jubilado da FLUP, para falar sobre o tema **“PAÇOS DE FERREIRA: História e significação (arqueologia, topomímia e heráldica).”**.-----

----- Começou por dizer que consultadas as inquirições todas, nomeadamente de 1220, 1258 e de 1298/1290, estas últimas são inéditas, que dizem respeito ao Templo da Ordem dos Templários, chegou à conclusão que não havia documento nenhum que referira a presença de Templários na área de Paços de Ferreira. Quanto ao problema da Cruz dos Templários afirma que não pode escamoteado. Considera que a história deve ser feita sobre documentos. Afirma que a cruz do cruzeiro que existe é efectivamente dos Templários, pelas características que apresenta. No entanto, afirma, esta cruz aparece em vários lugares, pelo que pode ter várias significações e vários usos. Questiona, no entanto, se a cruz que existe no concelho não será mesmo uma cruz dos templários.-----

----- De seguida afirma que através dos textos que consultou considera Paços de Ferreira e Sanfins como lugar onde nasceu uma nova arqueologia e uma nova museologia, pela riqueza patrimonial que esta terra tem. Paços de Ferreira foi um concelho agrícola até 1950/60 tendo a sua origem, como concelho agrícola desde IV a V milénio AC, temos como prova disso o Dolmen de Lamoso. Significando a palavra Lamoso é uma palavra muito



antiga, que se justifica pela sua localização, nomeadamente por estar no centro do território. O que era uma realidade tendo em conta o antigo mapa dos concelhos a freguesia de Lamoso ficava no centro. -----

----- Aproveitou para solicitar a revitalização e o museu da Citânia de Sanfins, que considera encontra-se em decréscimo. Afirmo que no seu apogeu a Citânia de Sanfins tinha mais população que o concelho de Paços de Ferreira. Só em Sanfins existia uma cidade castreja, com cerca de 3 000 habitantes, que, com a cidade dos romanos tornou-se numa cidadela. Onde, afirmo, nasce o Rio Ferreira, e por isso entende, mesmo sem ter a certeza, que a palavra ferreira se relaciona com muitas outras coisas. A palavra Paços deriva do latim, assim como Ferreira. Paços deriva de Palácios, que é sinónimo da palavra vila que era um domínio senhorial. Temos um conjunto de toponímia do concelho que acompanha a história que a arqueologia documenta. Não sabe se a cruz dos templários, que lá existe, se pertenceu efectivamente aos Templários por falta de documento que o comprove. Não existindo documento que o prove, sendo uma cruz tão banal, que podemos dizer que se reportará ao período em que houve uma comenda, que poderá ficar com o nome de confraria. É um desafio uma honra para todos saber qual a sua origem. Ternimou agradecendo ao deputado Ricardo Pereira pela iniciativa de falar de uma história tão rica como a nossa.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Líder da Bancada do Partido Socialista. -----

----- Assim usou da palavra o deputado **João Vasconcelos** para afirmar que ao longo dos tempos os municípios foram conquistando, em relação ao poder central, autonomia na administração do seu território. Todos sabemos,



afirma, que este percurso nem sempre foi linear. Mas, particularmente depois do 25 de abril, para o bem e para o mal, a administração do território dos municípios e das políticas localmente aplicadas, pode dizer-se que está entregue às populações locais, representadas nos órgãos autárquicas. -----

----- Pode, por isso dizer-se, que a nós cabe administrar, nas mais diversas áreas, com os objetivos que nós próprios definimos, grande parte das coisas que por cá acontecem. -----

----- É, portanto, nossa a responsabilidade de planear e de fazer o caminho em relação ao desenvolvimento, mas também é nossa a responsabilidade de definir como queremos ser vistos e interpretados, de zelar pelo nosso património, seja ele material ou imaterial. -----

----- Estamos na véspera de comemorar mais um aniversário do município. À luz da história, o concelho de Paços de Ferreira é ainda uma criança. Fruto da revolução setembrista de 1836, uma das poucas revoluções na História de Portugal que começou como um movimento estritamente civil e popular, e que só depois recebeu adesão militar, por parte da Guarda Nacional. Nessa altura reduziram-se o número de municípios, passaram de 826 para 351. Mas, mesmo assim foram criados 21 novos concelhos. Curiosamente, entre estes encontra-se o concelho de Paços de Ferreira. As reformas de Passos Manuel, uma das figuras que representam o ideário setembrista, de que nós pacenses também somos, de modo especial, herdeiros, permitiram tomar medidas descentralizadoras. A Câmara Municipal saiu valorizada, emergiram as figuras do presidente da câmara e vereadores. Os titulares dos órgãos municipais oscilaram frequentemente entre escolhidos pelo voto dos eleitores, muitas vezes coexistindo com



nomeados pelo poder central, outras vezes sem quaisquer eleições para os principais órgãos municipais. Neste período também existiu uma assembleia, embora com diversas designações (concilium, assembleia, senado municipal, conselho municipal – já na Iª república). -----

----- No período da ditadura (após o golpe de 28 de maio), assistiu-se a uma nova centralização e os municípios perderam poderes. -----

----- Hoje, 178 anos depois, celebramos mais um aniversário do município de Paços de Ferreira. E hoje fazemo-lo de forma muito especial. Esta assembleia reúne-se, extraordinariamente, numa assembleia temática que visa conhecer em detalhe pormenores dos nossos símbolos, da nossa história. O passado, jamais poderá ser alterado, mas o seu conhecimento não só não ocupa lugar, como poderá ajudar a compreender o presente ou até a influenciar decisões futuras. -----

----- Numa das últimas assembleias municipais foi aprovado uma comissão que apreciasse o trabalho desenvolvido por cidadãos deste município e por outros que não sendo munícipes deste concelho, a ele também dedicaram muito do seu tempo. -----

-----Aproveitou para fazer um agradecimento ao deputado Ricardo Pereira pelo trabalho que tem vindo a desenvolver, sem qualquer remuneração, bem como a todos aqueles que “obrigados” por ele e também com o mesmo pagamento despenderem muito do seu tempo.-----

----- Esse trabalho feito, dá-nos hoje uma nova perspetiva sobre o nosso concelho, a nossa história e sobre os nossos símbolos. Põem em causa umas ideias que foram germinando no espaço público e que, segundo as suas opiniões, não tem fundamento criterioso. Essas ideias estão hoje



disseminadas por vários registos, livros e informações. O caso mais complexo prende-se com os símbolos municipais (a presença da Cruz Vermelha do Templo no brasão municipal, para assinalar a sua presença no território). Esse é o facto. Porém, somos todos confrontados com a opinião de que não há registo da sua presença direta ou indireta no território deste concelho. -----

----- Questiona perante esta contradição, o que pode ser feito.-----

Pela parte do Partido Socialista, solicitou aos membros da Comissão eleita na Assembleia Municipal que continuem o seu trabalho e apresentem uma proposta concreta com as ações que julguem convenientes para mitigar ou sanar as contradições entre a história aqui, hoje, dada a conhecer e os dados difundidos, principalmente o símbolo do Município. Consideramos ainda que essa proposta concreta deve contribuir para a preservação da memória e para aproximar as instituições do concelho, pelo que sugerimos a contribuição da associação de defesa do património na publicação daquilo que venham a julgar conveniente, para o bem do concelho e dos seus munícipes. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Líder da bancada Social Democrata. -----

----- Assim usou da palavra o deputado **José Neto** para afirmar que mais importante que os traços que nos descrevem são os laços que nos unem. É aí que encontramos gente ganhadora, afirma, que não usa as desculpas para esconder as fraquezas, nem os argumentos para afagar as ideias. Agradece ao deputado Ricardo Pereira e aos interlocutores pela busca na descoberta, e através dela conhecer a nossa verdadeira identidade. -----



----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara. -----

----- Assim usou da palavra o Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, que começou por agradecer a todos os intervenientes. Nomeadamente ao Doutor Armando Coelho pela agradável palestra que deu. Deu, ainda os parabéns aos deputado Ricardo Pereira pela iniciativa que teve na busca de encontrar a verdade sobre a origem do concelho. Aproveitou para esclarecer que existe um projecto para dinamizar a Citânia de Sanfins, que considera ser um espaço que merece ser valorizado. Finalizou dizendo que espera que se consiga com esta iniciativa encontrar a verdade histórica.-----



-----ENCERRAMENTO DA SESSÃO-----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e dela, para constar,
se lavrou a presente acta que vai ser submetida à discussão e votação na
próxima sessão.-----

----- A MESA -----